



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

## **PODER EXECUTIVO**

Telêmaco Borba, 23 de junho de 2025.

Mensagem N.º 044/2025

Senhor Presidente;  
Senhores Vereadores:

Com a presente, encaminho a V. Exa. o anexo anteprojeto de Lei que propõe a alteração da Lei nº 2.404 de 17 de novembro de 2021, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.


O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Municipal N.º. 2.404/2021, por meio do Ofício CMDCA N.º. 014/2025, solicita a inclusão dos § 1º, 2º e 3º ao art. 56, da lei supracitada acima, visando a necessidade de incluir o processo de escolha suplementar de conselheiros tutelares, como rege a Resolução CONANDA N.º. 231/2022.

Consta em anexo a RESOLUÇÃO N.º 13/2025, publicada no Boletim Oficial do Município na data de 29 de maio de 2025, Edição nº 2589.

Deste modo, certos de contarmos com a compreensão e o apoio dos nobres vereadores para o avanço desta proposta em prol do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Sem mais para o momento renovo os votos de estima e apreço a esta casa legislativa e a todos seus nobres Vereadores.

Atenciosamente,

  
Rita Mara de Paula Araújo  
**Prefeita**

Ilustríssimo Senhor:

**Siderlei Siqueira**

**Presidente da Câmara de Vereadores**

Al. Oscar Hey, nº 99 Centro

Telêmaco Borba - Pr



# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

## ESTADO DO PARANÁ

### PODER EXECUTIVO

#### ANTEPROJETO DE LEI

**SÚMULA:** FICA O ART. 56 DA LEI Nº 2.404 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021, ACRESCIDO DOS § 1º, § 2º E §3º.

**A Prefeita do Município de Telêmaco Borba**, Estado do Paraná, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 81, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o art. 56 da lei nº 2.404 de 17 de novembro de 2021, acrescido dos § 1º, § 2º e §3º, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 56º [...] inalterado*

*§ 1º - Se ao final do processo de escolha em data nacional unificada, o número de 5 (titulares) e 5 (suplentes) não forem preenchidos, haverá então a necessidade de Processo de Escolha Suplementar.*

*§ 2º - Se em algum momento durante o período de mandato de 4 (quatro) anos, houver 2 (dois) ou menos suplentes disponíveis, deverá ser realizado Processo de Escolha Suplementar.*

*§ 3º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definir a forma de escolha, se direta ou indireta.*

*I. Para processo de escolha direta, todas as etapas descritas no art. 62 desta lei, deverão ser cumpridos;*

*II. Para processo de escolha indireta, será suprimida a etapa 4 do processo, não havendo a realização de sufrágio (eleição na comunidade), e a eleição será indireta pelo Colégio Eleitoral de Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente, seguindo as demais etapas, facultada a redução de prazos e observadas as demais disposições referentes ao processo de escolha, bem como definidas em edital próprio."*


**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando às disposições em contrário.

**PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ**, em 23 de junho de 2025.



Luís Fabiano de Matos

**Procurador Geral do Município**



Rita Mara de Paula Araújo  
**Prefeita**